

## **Introdução**

A discussão sobre a territorialidade surge de uma questão colocada para os tomadores de decisão de uma política de fortalecimento da agricultura familiar sobre a possível existência de uma especificidade regional ou se existe uma diferenciação regional da agricultura familiar e se sim, como se diferencia. A implicação política é óbvia. Caso haja distintas agriculturas familiares nas regiões, as políticas também têm que acompanhar estas especificidades.

A literatura sobre diferenciação camponesa foi prolífica nos anos 1970 e 1980, com trabalhos largamente referenciados como os de Murmis (1980), Piñeiro e Chapman (1983), que deram a tônica da discussão sobre a tipologia dos camponeses. A vertente leninista (Lenin, 1975) de diferenciação do campesinato, fortemente influenciada pelo avanço do capitalismo no campo brasileiro via revolução verde, polarizou o debate com as diversas matizes da vertente chayanoviana. Estas vertentes enfatizavam a adaptabilidade ou a persistência da agricultura camponesa às forças do capitalismo, acompanhando o debate europeu da agricultura familiar (Shiki, 1992). Assim, a agricultura camponesa moveu-se do processo de decomposição/extinção ao de constante adaptação.

No último quinquênio do milênio, a discussão se concentrou na agricultura familiar, uma categoria genérica que açambarca os produtores camponeses e outras categorias sociais numa plêiade de situações e que tem na família a fonte de trabalho, os meios de produção (Wanderley, 1996). e o núcleo de consumo e reprodução. A ascensão da agricultura familiar começa com o apoio da CONTAG, que abraçou o conceito como a sua própria identidade, até então perdidos na luta pela terra (reforma agrária) com uma base social de trabalhadores (assalariados) rurais e pequenos proprietários (produtores). Contribuiu também para esta ascensão o trabalho da FAO (1996),

---

<sup>1</sup> Submetido à apresentação no V Simpósio IESA/SBSP, Agroecossistemas, Agricultura Familiar e Agricultura Orgânica, 20 a 23 de maio de 2002, Florianópolis-SC

<sup>2</sup> Professor Titular do Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia-MG e Pesquisador do CNPq.

baseado, sobretudo na inspiração francesa do professor José Eli da Veiga, que ofereceu uma base estatística para mostrar que a agricultura familiar não só não “desapareceu”, mas continua fortemente presente no agro brasileiro. A heterogeneidade interna da agricultura familiar foi mostrada estatisticamente através do critério de renda, com base no Censo Agropecuário de 1985 e depois confirmada recentemente num trabalho recente utilizando dados do Censo Agropecuário de 1995/6 (Guanziroli e Cardim, 2000). O “Novo Retrato da Agricultura Familiar” brasileira é heterogênea e regionalmente muito desigual, mesmo tomando as dimensões da região considerada. O que explica esta desigualdade? Embora se saiba que a resposta seja complexa, a região não foi teorizada nesta diferenciação espaço-territorial como variável explicativa.

Este ensaio discute uma possível abordagem para entender a diferenciação espaço-territorial e natural da agricultura familiar. Para isso se recorre a uma literatura sobre a territorialidade do desenvolvimento e da natureza.

## **1. Diferenciação territorial da agricultura familiar no Brasil**

O desenvolvimento desigual da agricultura brasileira tem a sua dimensão espaço-temporal definida pela sua concentração do avanço capitalista na região Sudeste-Sul na década de 1970 e na região Centro-Oeste na década de 1980. Neste processo, a agricultura familiar ou camponesa vem reagindo às novas condições de competição com as empresas capitalistas, sendo alguns destruídos pelos processos de ruptura patrimonial e social (comunitária) e obrigados à migração e outros criando seu próprio espaço de reprodução, seja pela incorporação dos novos métodos de trabalho (tecnologia moderna), seja pela ampliação de seu espaço de autonomia e criação de mecanismos de resistência (Levin e Neocosmos, 1989). O ponto central é que os pequenos produtores e empresas capitalistas estão igualmente sujeitos às condições de existência determinada pelas relações mercantis generalizadas, ou seja, a essência do capitalismo.

---

<sup>3</sup> Professora Mestre do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia-MG

A difusão do modelo tecnológico da "revolução verde" nos anos 60 estava no centro da política de produção agroalimentar, que tomou a variante da política de "modernização conservadora", do tipo Junker, sem reforma fundiária. Este processo teve efeitos detrimenais sobre os pequenos produtores de alimentos, obrigados a buscar emprego fora do estabelecimento rural, mas não levou a uma estrutura social rural homogênea. Pelo contrário, o resultado do processo foi regional e socialmente heterogêneo.

A ciência e a tecnologia biológica, mecânica e química desenvolvidas em laboratórios e formatada pelo Estado como o centro de um modelo de desenvolvimento, se viabilizou através de transferências maciças de rendas institucionais (subsídios de crédito rural) e investimentos públicos de infraestrutura (estradas, rede de armazenamento e serviços públicos de pesquisa e extensão rural). O processo completo de implementação do modelo tecnológico trouxe um novo padrão de acumulação, caracterizado pela progressiva internacionalização do sistema agroalimentar brasileiro. Como outra característica significativa do modelo, a produção focalizou-se em exportações, devido à necessidade de financiar investimentos externos e serviços da dívida.

Esta estratégia de induzir o avanço do capitalismo no campo brasileiro, sem democratizar a terra, os recursos creditícios e o saber fazer laboratorial aprofundou a estratificação social da agricultura, criando agricultores patronais capitalizados e latifúndios modernizados de um lado e uma população inteira de diversas categorias de agricultores familiares, trabalhadores sem terra, trabalhadores rurais volantes ou "bóias-frias" e permanentes, desempregados urbanos, pequenos comerciantes urbanos e rurais, entre outros.

O caráter seletivo do processo, **diferenciado por regiões**, classes sociais rurais e cultivos, criou **estruturas sociais diversificadas**, embora uma tendência dominante em direção à proletarização tenha caracterizado as regiões mais dinâmicas do Sul e do Sudeste. O modelo tecnológico aprofundou a segmentação de mercado ao discriminar os cultivos de consumo doméstico e com ele seus produtores familiares, mas conduziu à expansão de cultivos de alimentação animal estratégicos para o mercado internacional, notadamente a soja. Produziu um desenraizamento espacial ao deslocar trabalhadores

familiares de precárias formas de apropriação da terra e de outros meios de produção para as áreas de fronteira agrícola (Norte e Centro-Oeste). Mesmo os pequenos proprietários familiares se acham na condição de procura de novas condições de reprodução do ciclo familiar, pressionado pela perda do capital social local. No Nordeste, a mesma dinâmica comandada pela relação capital (agroindustrial) e trabalho (familiar), produziu uma outra estrutura específica, também diferenciada regionalmente.

Estas grandes regiões brasileiras são, na realidade, divisões político-administrativas, embora se possa, grossomodo serem identificadas com biomas naturais como a Mata Atlântica no Sul e Sudeste, a Floresta Tropical Amazônica no Norte, a Caatinga no Nordeste e o Cerrado no Centro-Oeste. Esta identificação das regiões com o bioma poderia dar ao próprio território diferenciado naturalmente como fator explicativo da diversidade regional da agricultura familiar.

A dinâmica autonomista e *adaptativa* que rege a economia camponesa se aplica às *condições territoriais locais*, vistas, não somente como espaços em que se estabelecem as relações sociais de produção e consumo, mas como espaços em que se reproduz relações profundas com a natureza local. Uma característica da natureza como terras férteis ou territórios com acúmulo de produtividade primária ou biomassa como as matas, rios, beleza natural, associado ou não ao clima podem atrair agricultores ou outros grupos sociais a estabelecerem *redes de atores peculiar ao local*. Esta peculiaridade distintiva do local associa atores institucionais governamentais (Emater, escolas) e não governamentais (ONGs, associações, cooperativas, grupos religiosos), de agricultores, comerciantes, das vertentes e rios, dos bosques e agroecossistemas que agem e reagem numa dinâmica de cooperação e conflito, de coesão e rupturas. As ligações entre atores se dão de forma *discursiva e factual*, (Escobar, 1998) ambas partes de um mesmo processo de construção de uma nova natureza, que se *corporifica* em matérias híbridas ou produtos alimentares (produção agrícola), ou não-matérias como os saberes apropriados ou acumulados individual (conhecimento das propriedades das plantas, p.ex) ou coletivamente (cultura, costumes, tradições) (Guivant, 1997). A parte institucional social acumulada as sinergias deste processo híbrido de

sociedade e natureza vem sendo estudado como *capital social*, referido por Putnam como

“... *características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.* (apud Abramovay, 2000:380). *Os estoques de capital social como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente.*” (apud Denardi et al., 2000).

O viés social desta visão exclui a natureza construída e que se acumula ao longo desse mesmo processo híbrido, sob diversas formas que vem da melhoria da fertilidade, do habitat local, da formação de agroecossistemas que vão produzir regular e continuamente ao longo do tempo, da biodiversidade reconstruída por práticas sociais locais e a própria produção agroalimentar. A produção agrícola, interesse maior do processo de trabalho nos agroecossistemas, é produto híbrido da natureza humanizada através do trabalho, a materialização ou incorporação do saber acumulado e que se torna produto de consumo e troca mercantil ou mercadoria.

Na agricultura familiar ou camponesa as trocas discursivas com a natureza local é mais intensa, decorrendo daí a sua capacidade de adaptação e de convivência mais duradoura. A sustentabilidade da agroecologia está exatamente nesta relação cooperativa entre atores naturais e humanos e que explica a existência de agriculturas milenares em contraste com a instabilidade da agricultura industrializada. Em suma, a especificidade territorial da agricultura familiar está na sua forma peculiar de se inserir na rede híbrida de natureza e sociedade local. Neste sentido, o bioma ou o ecossistema pode ser um elemento diferenciador da agricultura familiar, como *parte da rede de atores inscritos num território específico*.

Vale considerar como estas redes de atores da agricultura familiar incorporam ao mesmo tempo as noções de territorialidade e da naturalidade.

## **2. Releitura das redes territorializadas da agricultura familiar – o exemplo da Região Sul e o Norte**

### **a) Agricultores familiares capitalizados do Sul**

A emergência da propriedade familiar capitalizada na região Sul, região de maior sucesso de implementação da "modernização conservadora" apresentou dificuldades para o argumento da proletarização "via Junker" e o prognóstico da completa falência da produção familiar. Compelida pelas forças coercivas de políticas do Estado, articuladas através de crédito subsidiado e apoio institucional, tais como assistência técnica e a reestruturação de cooperativas, os produtores familiares responderam ao capital agroindustrial assimilando seletivamente o novo processo de trabalho. A mecanização por tratores substituiu os arados e grades de tração animal; variedades de sementes de alta produtividade substituíram o germoplasma local; fertilizantes químicos foram usados ao invés dos adubos verdes, estercos e outros fertilizantes orgânicos; a simplificação biológica com a monocultura produziu desequilíbrios que facilitaram o aparecimento de pragas e doenças, para as quais não foi deixada saída senão a solução dos métodos químicos de controle. A intensificação capital requerida pelo modelo tecnológico implicou na mudança do tamanho familiar de reprodução do sistema, o que trouxe em primeira instância um desmembramento da família ao criar intervalos ou poros maiores de não-trabalho e depois a extensão da área de cultivo para fazer face aos requerimentos da amortização do capital. Há uma perda da autonomia do agricultor familiar ao passar para os atores industriais a determinação do processo produtivo, este último intermediando a relação com a natureza. O capital industrial passa a ditar inclusive o ritmo e o volume da produção, não mais o agricultor, que sequer consegue escolher o lugar da produção. O trator seleciona à sua necessidade os espaços produtivos e o agroecossistema se conforma às suas características, imprimindo homogeneidade ambiental, impondo monótonas culturas.

Outras formas de adaptação de pequenos produtores familiares à dinâmica do desenvolvimento agroindustrial são aquelas representadas pelas redes formadas pelos "camponeses integrados" na vinicultura no Rio Grande do Sul (Tavares dos Santos, 1978) , pelos plantadores de fumo (Cravo, 1982) e

os criadores integrados de suínos e aves (Sorj et al, 1982; Paulilo, 1990). Nestes sistemas, o controle agroindustrial do processo de trabalho é ainda maior, subsumindo o trabalho camponês e as espécies criadas/cultivadas. O contrato é a forma de *convenção* que fortalece o capital social territorial a favor do capital agroindustrial, cuja convenção permite estender o controle sobre todos os meios de produção, da escolha de especificações tecnológicas, tais como melhoramento animal ou vegetal, padrões e requisitos de qualidade, o ritmo de trabalho, e o mais importante, custos operacionais e preços dos produtos. A confiança é estabelecida pela força econômica, política e territorial do capital agroindustrial retratada nas normas (contratos) de funcionamento do sistema, intermediando a relação com a natureza das espécies cultivadas, criadas, dos instrumentos químicos e mecânicos de produção, todos de alto conteúdo em ciência laboratorial. Esta posição de força, no entanto, não impede que o agricultor familiar metabolize esta ciência de maneira peculiar no seu espaço territorial, combinando esta atividade industrializada com o modo camponês de produzir. Esta *“sábia combinação entre diferentes técnicas”* detectada por Wanderley (1996) no sistema de policultura-pecuária do camponês europeu, se reproduz entre os camponeses do Sul do Brasil, como um sistema igualmente construído ao longo dos anos. Este sistema sintetiza

*“toda a arte do bom camponês (...) em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e a integrá-los em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de cada produção para as outras e que pela diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas.” (Mendras, 1984, apud Wanderley, 1996)*

A forma contratual científica agroindustrial de produzir é uma das diferentes técnicas metabolizadas num modo híbrido de produzir, resultante do cruzamento com o capital natural construído e acumulado ao longo dos anos sob a forma de diversidade de espécies cultivadas, de conservação de fertilidade do solo, de refúgios biológicos e da água, do saber local transformado em práticas de manejo do ecossistema e tudo isto transmitido de geração em geração. Este ambiente híbrido é que dá maior estabilidade ao

sistema, acrescenta ganhos sinérgicos como a redução de mortes da criação, de aparecimento de pragas e doenças, dispersão territorial que isola a contaminação. Na realidade a atividade integrada se aproveita da sinergia do agroecossistema camponês biodiversificado que aumenta as condições naturais de defesa animal ou vegetal. Isto significa que a qualidade ambiental da biodiversidade é apropriada pelo sistema integrado, cujo resultado aparece sob a forma de produtividade (redução das perdas por mortes, maior vigor das plantas) e redução de custos. No caso das corporações agroindustriais da carne, a biodiversidade faz parte da convenção (Shiki, 1991).

A competitividade desse sistema integrado transformou o Sul no maior fornecedor de frangos para o mercado nacional e internacional. Este último compete fortemente com o sistema dominante baseado na indústria de alimentação oligopolizada e com criadores grandes e independentes, que tem proliferado nos arredores das áreas metropolitanas, especialmente nos arredores de São Paulo.

Em suma, estas formas adaptativas da agricultura familiar no Sul incorporaram características territoriais específicas da distribuição mais democrática da terra do Oeste catarinense, Noroeste gaúcho e Sudoeste e Norte paranaense, e favoreceram um desenvolvimento industrial difuso, formado por milhares de pequenas e médias empresas, como mostra o trabalho da Raud (1999). Raud aponta no seu trabalho um contraste nítido entre o Oeste catarinense de propriedades familiares bem distribuídas que foi a base da industrialização difusa e a região latifundiária de pecuária extensiva de Campos de Lages e Campanha Gaúcha, que continua pobre e subdesenvolvida. Embora o ecossistema local não tenha sido objeto de análise, parece existir uma espécie de divisão espacial do trabalho, com a apropriação pela agricultura familiar das áreas de domínio da floresta subtropical e relevo dissecado combinado com boa fertilidade natural do Oeste catarinense e Norte paranaense, por exemplo, contrastando com os campos nativos de Lages e a planície gaúcha, apropriados pelos latifúndios pecuários. O mesmo fenômeno foi mostrado por Narciso Shiki (1998), estudando um ecossistema do cerrado mineiro de Iraí de Minas, grande parte extensível ao vasto bioma do Brasil Central. Estudando duas sub-bacias contíguas dos

cerrados, Narciso Shiki observou que as áreas de chapada de solos profundos, foram apropriados por agricultores extensivos de grãos e latifundiários pecuaristas, enquanto os espaços dissecados das “quebradas” ou vertentes foram apropriados pelos agricultores familiares criadores de animais (produção de leite) e alimentos vegetais de subsistência.

A concentração espacial da agricultura familiar se constitui na especificidade territorial que gera o efeito proximidade, gestora do desenvolvimento, em geral, traduzido como desenvolvimento industrial, de inspiração em casos como o da Terza Itália, do Vale do Silício (Califórnia-USA) e Bade Wurtemberg (Alemanha) (Storper, 1997; Raud, 1999; Abramovay, 2000). No caso da Terza Itália, Raud (1999) argumenta que se trata de

*“uma relação campo-cidade específica, que permite entender melhor a forma assumida pela industrialização dessa região. As cidades enquadraram e dinamizaram um **processo que se enraíza nas particularidades da população rural.**”* (p. 35, grifo SS)

Dentro da população rural ressaltada se inclui a importância da *“pequena propriedade agrícola”*, além de outras particularidades externas como a tradição artesanal, as políticas públicas e as instituições locais ativas.

Desse modo, na territorialidade do desenvolvimento, a agricultura familiar se constitui numa particularidade, enquanto a natureza se internaliza na agricultura familiar como a sua própria particularidade. Com a natureza e outros atores formam uma rede territorial capaz de estabelecer dinâmicas próprias

## **b) Produtores Camponeses de Fronteira**

A época de desenvolvimento agro-industrial na região amazônica, encorajada por generosos subsídios, incluindo projetos de desenvolvimento regional e incentivos fiscais, mudou o papel do posseiro na fronteira como fornecedores de alimento barato para os centros urbanos industriais (Velho, 1976) e a estratégia do sistema de latifúndio. Grande empreendimentos não precisariam mais dos sistemas de posseiros de ocupação fronteira (Foweraker, 1981), reproduzindo relações sociais não-capitalistas, e então os deslocando para completar o ciclo de desenvolvimento de fronteiras. A estratégia de ocupação do Estado, baseada em grandes propriedades, deu às

grandes empresas do Sul acesso direto a amplas faixas de terra pública, comprada a preços nominais (Goodman, 1986) para suas atividades produtivas (criação de gado) e propósitos especulativos. Acesso fácil a terras públicas e os assentamentos espontâneos de camponeses posseiros e outros atores sociais como garimpeiros, trabalhadores familiares extrativistas não são nem passos necessários na ocupação de fronteira pelo capital, numa espécie de acumulação primitiva reclamada por alguns autores como Oliveira (1976), nem tem a produção camponesa de alimentos básicos um papel central no suprimento urbano-industrial. Pelo contrário, a estratégia de ocupação orientada pela grande propriedade bloquearam ou "fecharam" o acesso fácil do camponês posseiro à terra, ao apropriar de antemão as terras públicas.

As lutas violentas por terra envolvendo posseiros, grileiros e populações nativas, incluíram os grandes empreendimentos do Sul e do Estado. Neste contexto, a presença de posseiros é uma dificuldade adicional e uma ameaça à legitimidade e hegemonia política. A escalada de violência, que custou a vida de muitos camponeses, terminou expondo a visão militarizada da questão agrária sustentada pelo Estado autoritário, manifesto na criação do Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (GEBAM) e o Grupo Executivo de Terras do Alto Tocantins (GETAT) em 1980.

A reprodução dos camponeses em regiões de fronteira, em condições criadas pelas políticas do Estado, onde elas são politicamente orientadas para projetos de grandes propriedades, depende da força de seus movimentos contra a expropriação de suas terras. De acordo com Martins (1989:85)

*"pesados subsídios estatais e incentivos fiscais para os grandes empreendimentos que abriram o campo ao investimento capitalista, protegeram e reafirmaram a renda da terra e a especulação da propriedade (...)"*

Nesta perspectiva, não há qualquer preocupação sobre a produção e aumento de produtividade. No ponto de vista de Martins (1989:80), imensos projetos de criação de gado e outras atividades de exportação, tais como coco, café e borracha, são secundárias à "indústria" captora de renda institucional. Em outras palavras, *"o fundamental das empresas agrícolas na Amazônia não é a produção"*. Contudo, esta lógica de captação de renda é muito menos

evidente no Centro-Oeste, onde formas capitalistas de produção, usando mecanização pesada estão reproduzindo o modelo sulista de produção intensiva. O projeto de desenvolvimento territorial da Amazônia liderado pelo Estado, sobretudo da Ditadura Militar, não podia ser industrial na sua essência (com exceção da Zona Franca de Manaus), mas a da privatização e modernização agrícola baseada no latifúndio e a construção da Transamazônica. Esta política, no entanto, produziu uma “indústria de captação de renda institucional”, muitos deles viabilizados à sobra da ilegalidade e um imenso território de florestas queimadas. Dessa maneira, os sistemas de produção resultantes foram (a) cultivos de "ocupação de fronteira" nos quais um campesinato posseiro está freqüentemente presente e é mais tarde expropriado para a implantação de pastagens extensivas ou simples especulação; ou (b) remoção direta de florestas com mecanização pesada, um a três anos de cultivo de arroz, seguido pela introdução de pastagem e agricultores familiares assentados na Transamazônica.

Embora funcionando com um baixo capital social, numa condição de quase abandono, foi na Transamazônica que apareceram os atuais núcleos de desenvolvimento, como Altamira, Marabá e outras cidades desenvolvidas a partir das agrovilas. Em torno dessas agrovilas e comunidades extrativistas se formaram redes de atores não governamentais, projetos de extensão universitária (campus avançado de universidades), sindicatos de trabalhadores combativos, que vem acumulando um capital social no campo democrático. É nesta rede que os agricultores camponeses de fronteira vem encontrando suas ligações e condições de reprodução. Com exceção dos camponeses extrativistas, os migrantes do Nordeste e do Sul que compõem o campesinato de fronteira, tiveram que aprender rapidamente o funcionamento da ecologia local para não sucumbir e retornar às regiões de origem. A especificidade ambiental aparece muito forte na Amazônia e se configura como a principal especificidade da agricultura camponesa deste imenso território. Questões como o da proximidade (o oposto – tudo é muito longe e de difícil acesso), o do transporte e comunicação, o relativo desconhecimento dos camponeses da ecologia local, muito concentrado na sabedoria dos indígenas, fazem parte da problemática amazônica. A riqueza da biodiversidade e da cultura amazônica é

objeto de cobiça internacional e de corporações transnacionais da indústria ciências da vida, que complica ainda mais o emaranhado de interesses neste território.

### **A guisa de conclusão**

Este texto pretendeu discutir uma forma de entendimento da territorialidade da agricultura familiar. A literatura apresenta muita discussão sobre os processos de diferenciação social e da capacidade de adaptação do agricultor familiar às condições impostas pelo capitalismo. Assim, o desenvolvimento desigual ou parcial da agricultura brasileira, baseado no modelo tecnológico da revolução verde, criou e destruiu formas de organização social de produção familiar.

No entanto, os aspectos dinâmicos do funcionamento da agricultura familiar requer um olhar sobre as diferentes trajetórias que a história social e natural do agricultor e do ecossistema. Estas histórias se misturam num processo dialético e são capazes de desvendar uma trajetória, em geral sintetizada como trajetória de acumulação de capital ao mesmo tempo natural e social que resulta no produtivo. Esta noção permite introduzir uma dimensão territorial, caracterizada como a forma específica com que atores institucionais, sociais e naturais se aliam em torno da agricultura familiar para os objetivos da reprodução do território. O agricultor familiar acumula há séculos o saber produzir (técnicas), o saber socialmente compartilhado e transmitido (cultura local), formas locais de organização e redes (capital social), e um ambiente natural socialmente construído (agroecossistema). Os tipos diferenciados de agricultores são produtos desta história híbrida de cultura e natureza, que precisam ser captados na sua dinâmica, temporal e territorialmente limitada. Esta história híbrida ganha assim uma dimensão espacial (local, municipal, regional) que explica as diferentes formas de organização social e produtiva, como por exemplo, regiões de predominância latifundiária com a agricultura familiar intersticial, agricultura familiar modernizada do Sul e o campesinato de fronteiras, entre muitas. Em síntese, trata-se de dizer que território, natureza e sociedade são agentes indissociáveis que se hibridam no curso das suas histórias (naturais e sociais) assumindo formas materiais (produção primária e social) e imateriais (culturais). A natureza, com seus ecossistemas regionais,

age e reage frente à própria agência social, de forma autônoma (produção primária, regeneração de espécies) ou híbrida (com o trabalho humano – produção de bens de uso/troca e degradação ambiental). O meio ambiente se transforma, assim, num fator diferenciador maior do espaço regional. A natureza é parte de uma rede de ligações que se estabelece num determinado espaço, através de formas de intermediação traduzidas em sinais que são entendidas pela sociedade.

### Referência Bibliográfica

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, Vol 4(2), abril-junho 2000.
- DENARDI, R., HENDERIKX, N.E.M.G.J., CASTILHOS, D.S.B. e BIANCHINI. V. *Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado do Paraná*. Curitiba:Deser, 2000.
- ESCOBAR, A. Constructing Nature: Elements for a poststructural political ecology. Richard Peets and Michael Watts (eds) *Liberation Ecologies. Environment, development, social movements*. London: Routledge, 1996.
- FLOWERAKER, J. *The Struggle for Land. A Political economy of the Pioneer Frontier in Brazil from 1930 to the present day*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.
- GOODMAN, D. Agricultural modernisation, market segmentation, and rural social structure in Brazil. Paper apresentado na Conferência da OIT/PREALC Políticas de Empleo y Pobreza Rural en Centroamerica, Cidade do Panamá, 25-27 Janeiro de 1986.
- GOODMAN, D.; SORJ, B. e WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. *Revista de Economia Política*, Vol.5(4), 1985.
- GOODMAN, D.; SORJ, B. e WILKINSON, J. *From Farming to Biotechnology. A Theory of Agro-industrial Development*. Oxford, Basil Blackwell, 1987.
- GUANZIROLI, C. E. (coord) Diretrizes de Política Agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar. Brasília: INCRA/FAO, 1995.
- GUANZIROLI, C.E. e CARDIM, S.E.C.S.(coords) *O Novo Retrato da Agricultura Familiar – o Brasil Redescoberto*. Brasília, INCRA/MDA, 2000.
- GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de Conhecimentos no Desenvolvimento Rural Sustentável. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Vol. 14(3): 411-447, set/dez. 1997.
- LENIN, V.I. *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*. El proceso de formación del mercado interior para la gran industria. Moscou: Editorial Progreso, 1975.
- LEVIN, R. e NEOCOSMOS, M. The Agrarian Question and Class Contradictions in South Africa: Some Theoretical Considerations. *The Journal of Peasant Studies*, Vol.16(2) Janeiro de 1989.

- MARTINS, J.S. *Os Camponeses e a Política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MURMIS, M. *Tipología de Pequeños Productores Campesinos en America Latina*. Documento PROTAAL, 55. San José, Costa Rica, IICA, 1980.
- NARCISO SHIKI, S. de F. *Desenvolvimento Agrícola nos Cerrados: Trajetória de Acumulação, Degradação Ambiental e Exclusão no Entorno de Iraí de Minas*. Dissertação (Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia. 1998.
- PIÑEIRO, M.E. e CHAPMAN, J.A. *Cambio Tecnico y Diferenciación en las Economías Campesinas*. Un analisis de seis estudios de caso en America Latina. Taller: Perspectivas y Alternativas de la Agricultura Familiar, Montevideo, 27-30 de noviembre de 1983
- PAULILO, M.I.S. *Produtor e Agroindústria: Consensos e dissensos. O caso de Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. UFSC, 1990.
- RAUD, C. *Indústria, Território e Meio Ambiente no Brasil. Perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense*. Florianópolis/Blumenau: UFSC/FURB, 1999.
- SHIKI, S. *Agro-food Policies and Petty Commodity Production in Brazil: some implications of changes in the 1980s*. Verão de 1991. 338f. Tese (Doutorado em Economia). University College London, University of London, Londres, 1991.
- SORJ, B.; POMPERMAIER, M.J.; e CORADINI, O.L. *Camponeses e Agroindústria. Transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- STORPER, M. *The Regional World – Territorial Development in a Global Economy*. Nova York: Guilford Press, 1997.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V. *Colonos do Vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1978.
- VELHO, O.G. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: DIFEL, 1976.
- WANDERLEY, M.N.B. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. In: XX Encontro Anual da ANPOCS. GT17. Processos Sociais Agrários. Caxambu-MG, Outubro de 1996. (Comunicação)
- WILKINSON, J. *O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção*. São Paulo e Salvador, HUCITEC/CEPA-BA, 1986.